

EXPEDICIÓN A CEUTA
EXPEDIÇÃO A CEUTA



A CONQUISTA DE CEUTA: CONTEXTO E PREPARATIVOS

Edite Martins Alberto

“Era o fervor tam gramde no rregno, que em todollos lugares as gemtes nom trabalhauam em all, porque huūs andauam em alimpar suas armas, outros em mandar fazer bizcoitos e saalguar carne e mantijmentos, outros em cor-reger nauios e aparelhar guarniçoões, de guisa que ao tempo da neçessidade nom sse achassem dalguũa cousa falleçidos”[...] E em uerdade era fremosa cousa de ueer, ca per toda aquella rribeyra jaziam naaos e nauios, nos quaaes de dia e de noute amdauam callafates e outros mesteiraaes, que lhe rrepayrauam seus falliçimentos. Doutra parte jaziam mujtos bois e uacas deçepadas, e alli mujtos homees huūs a esfoliar, e outros a cortar e sallguar, outros a meter em tonees e botas em que auiam dhir. Os pescadores e suas molheres tijnham cuidado de abrir e sallgar as pescadas e caçoões e rrayas e semelhantes pescados, dos quaaes todollos lugares em que o soll tijinha mayor assesego eram cheos. Os offiçiaees d moeda, e dia e de noute, numca seus martellos estauam quedos ...” Zurara, 1915: cap. XXX.

O cronista Gomes Eanes de Zurara descreve sagazmente a agitação que se vivia em Portugal em 1415, fruto da armada que se preparava no estuário do Tejo. Reinava D. João I, monarca que subira ao trono em 1385, após conturbados tempos de legitimação da sucessão dinástica e conflitos com Castela. Com a estabilidade política conseguida a partir de 1411, através de um acordo de paz entre os dois reinos, Portugal podia aventurar-se para fora dos seus limites, procurando novas terras.

Vários factores haviam contribuído nos últimos anos do século XIV e inícios do século XV para a situação que se vivia. A corte itinerante, por necessidades bélicas, realização de cortes, fuga de pestes e actividades lúdicas (como a caça), começara a centralizar-se, a partir de 1402, em torno do triângulo Lisboa, Santarém e Évora (Coelho, 2005:214). A acção directa da Coroa na concessão de privilégios, fomentando a instalação da população no litoral, promovendo actividades agrícolas, chamando técnicos, atraindo mercadores estrangeiros, contribuiu para o aperfeiçoamento das técnicas marítimas, conhecimento de informações geográficas e científicas e, sobretudo, influenciou a chegada de capitais (Cruz, 1999:39). A comunidade marítima organiza-se criando estruturas de apoio de ordem administrativa e institucional, adaptadas às suas necessidades e interesses. A definição das primeiras bases dos

seguros marítimos e a constituição da Companhia das Naus nos finais do século XIV testemunham esta realidade (Cruz, 1999:40). Devido a estas políticas de incentivo e reforço do comércio naval, Lisboa em particular e a costa ocidental da Península Ibérica em geral, adquirem um papel privilegiado na articulação de rotas que ligavam o Mediterrâneo e o Norte de Europa (Fonseca, 1999:16). Desde meados do século XIII há notícia da presença de mercadores portugueses nos mercados mediterrâneos, os quais no século seguinte acompanham a crescente articulação deste comércio com o Atlântico (Cruz, 1999: 25-27). A aliança militar, política e comercial estabelecida entre Portugal e Inglaterra pelo Tratado de Windsor, em 1386, contribuiu para as relações privilegiadas com aquele país, seladas com o casamento de D. João I com D. Filipa de Lencastre no ano seguinte.

Nos inícios do século XV, Lisboa era já uma enorme cidade à escala nacional, embora de dimensão média a nível europeu. A sua população poderá ter atingido os 35 mil habitantes ainda durante a centúria de Trezentos, volume claramente ultrapassado nos cem anos seguintes (Rodrigues, 2008a: 124). No século XIV tão populosa como Coimbra, Braga, Évora e Silves detinha, no final do século seguinte, quatro a cinco vezes mais população que qualquer uma destas cidades. Este ritmo de crescimento manteve-se até meados do século XVI: em 1415 teria cerca 55 000 habitantes, em 1528 rondaria os 70 000, em 1551 atingiria os 115 mil habitantes, altura em que o aumento populacional se tornou mais lento, só alcançando ritmos semelhantes na primeira metade do século XVIII (Rodrigues, 2008b: 5-8). A Lisboa de Quinhentos, com menos população que Londres, Paris ou Nápoles, mas com mais que Sevilha, que só atingiria quantitativos semelhantes nas primeiras décadas do século XVI, podia comparar-se a Veneza ou Amsterdão, grandes cidades para o tempo (Dias, 1998: 23).

Logo que assinadas as pazes em 1411, a rainha de Castela, a regente Catarina de Lencastre, pede a D. João I que a auxiliasse com 10 ou 12 galés para retomar a conquista de Granada (MH, 1960: II, 35-39). Com a afirmação deste interesse por parte de Castela na frente ibérica, a Portugal abria-se o mar e as terras além deste. Segundo Zurara, o destino Ceuta fora sugerido pelo vedor da fazenda João Afonso, como local onde os infantes D. Duarte, D. Pedro e D. Henrique, filhos de D. João I, poderiam ser armados

cavaleiros, em vez das festas que se previam para o efeito em Lisboa. Este tomara conhecimento dessa “muy notauel çidade e muy azada pera se tomar” e sabia-o por informações de um criado que lá enviara a resgatar cativos e lhe contara que Ceuta era “huũa muy grande çidade rriqua e muy fermosa e como de todallas as partes a çerqua o mar afora huũa muy pequena parte por que am sayda pera a terra” (Zurara, 1915: cap. IX). Este destino foi bem aceite pelos infantes, que o justificavam perante o rei como sendo o serviço de Deus - a luta contra os muçulmanos e consequente posse de novas terras e alargamento da fé cristã (Zurara, 1915: cap. XI). As relações comerciais com o Norte de África não eram inéditas como o testemunha uma carta de D. João I de 1414, dirigida ao corregedor de Lisboa, proibindo, a pedido a câmara desta cidade, o transporte para a *terra de mouros* de pão, castanhas, avelãs, nozes e outros mantimentos, bem como de aço, ferro e armas, sob pena de morte e confisco de navios e bens dos infractores (Martins, 2010: XX).

De acordo com o cronista, várias dúvidas se levantaram ao monarca quanto ao ataque à cidade de Ceuta: as grandes despesas que se antecipavam e consequente necessidade de dinheiro em abundância faziam prever a necessidade de *lançar pedidos*, que o rei não queria fazer para não sacrificar a população e para não romper o segredo da expedição que queria manter. Além disso, constituíam problemas a distância a que ficava Ceuta, a obrigação de recrutar gente do Reino e de fora, com a consequente carência de fundos para soldos, a necessidade de artilharia e mantimentos em abundância e a exigência de uma grande frota para alcançar aquele objectivo militar. Haveria também que deixar no Reino alguma defesa, dado o receio que Castela aproveitasse a ausência do rei para atacar, temendo-se igualmente possíveis represálias do reino muçulmano de Granada. Finalmente, havia a preocupação de se não conseguir manter ou defender a cidade, questionando-se que honra adviria desse feito. Os infantes defenderam taxar mercadorias, utilizar as embarcações da costa da Galiza e da Biscaia, bem como da Inglaterra, da Alemanha e de outras partes que costumavam vir ao frete do sal, azeite e vinho, reparar as galés e fazer outras de novo, justificando existir no Reino gente suficiente para manter a defesa (Zurara, 1915: cap. XII e XIII). Entretanto D. João I envia o prior do Hospital e o capitão Afonso Furtado à Sicília, a fim de tratarem do casamento da ex-rainha D. Branca com o infante D. Pedro, com o intento de “deuissassem a çidade de Cepta” (Zurara, 1915: cap. XVI). Esta embaixada permitiu aos seus elementos observar Ceuta, nos dois momentos em que tiveram que fazer escala naquele porto.

Decidida a expedição a Ceuta, várias razões se podem enumerar para explicação de tal feito, condicionalismos conjunturais, nacionais e internacionais que permitiram, mais do que determinaram a conquista de Ceuta. As causas de ordem feudal encontram-se relacionadas com o espírito de cavalaria, com necessidade de armar cavaleiros os infantes numa situação de especial relevo para o efeito – a luta contra o infiel, a conveniência em facilitar à nobreza a possibilidade de manter a sua principal função como grupo social, ou seja, o exercício das armas, numa altura sem pretexto para a guerra com Castela. A nobreza teria impellido D. João I a agir (Azevedo, 1988: 57-67). A posse de Ceuta pelos portugueses, como importante base naval, representava o fim do domínio muçulmano do Estreito de Gibraltar e, simultaneamente, da pirataria islâmica na zona (Lopes, 1989: 5-10), perturbando o auxílio aos muçulmanos de Granada a partir do Norte de África (Dinis, 1962: 86-106). O domínio do Estreito, a posse duma base magnífica para a guerra de corso, um passo em frente na direcção do mundo do ouro, das especiarias e dos escravos são algumas razões aduzidas para a conquista (Coelho, 1985: 24).

O Estreito era o vértice de dois triângulos opostos que representavam graficamente os interesses da expansão para ocidente, ligada por um lado às ilhas Atlânticas e, por outro, ao comércio mediterrâneo com pontos na Ligúria e norte da Argélia (Fonseca, 1993: 50; Fonseca, 1999: 65). Ceuta era vista como peça fundamental no controlo do ponto de convergência dos triângulos inversos - o Estreito, o que constituía motivação para a sua conquista (Fonseca, 1978: 24). De uma perspectiva mais alargada, Ceuta e, depois, as restantes praças marroquinas, vão constituir nas décadas seguintes “um dos lados do triângulo estratégico do Atlântico português, completado pela costa europeia e pelas ilhas” (Farinha, 1999: 7).

Estas causas de ordem política e estratégica reflectem os objectivos da dinastia de Avis em relação ao domínio do Estreito e controlo da pirataria muçulmana, mas também em relação a Castela, na tentativa de redução das hipóteses de expansão castelhana para o Norte de África. Em termos económicos, Ceuta era um porto de passagem de grandes rotas comerciais que atravessavam o Norte de África: a proveniente da África negra (ouro, escravos, produtos tintureiros) e a que partia do Egipto com os produtos orientais (seda e especiarias). Facto que levou a que se considerasse que a conquista se baseava no interesse da burguesia portuguesa no tráfico comercial ultramarino (Sérgio, 1980: 253-271). Lá teriam os mercadores portugueses pensado poder procurar o ouro do Sudão, o cereal de Marrocos, novas áreas para pescarias e uma base para resgate de escravos (Godinho, 1944: 51-73).



As motivações, objectivos e infra-estruturas da conquista de Ceuta não se podem, contudo, confundir com as da expansão ultramarina, mas antes com a “Reconquista” dos séculos XII e XIII (Marques, 1997-1998: 217-218). De facto, tendo alguma importância a nível económico e estratégico, Ceuta nunca foi um entreposto comercial e a documentação não confirma nem sequer sugere que a burguesia tenha pressionado D. João I a conquistá-la. Ceuta também não era uma zona rica em cereais, caracterizando-se por estar rodeada de relevos pronunciados. Com a ida a Ceuta, o rei desviou para Marrocos uma nobreza turbulenta, que vivia um certo mal-estar social, pondo-a ao serviço do reino, dando-lhe cargos públicos e possibilidades de enriquecimento rápido, ao mesmo tempo que controlava no Reino alguns dos possíveis focos de tensões sociais (Thomaz, 1998: 22, 61).

A expedição de Henrique III de Castela contra Tetuão, em 1399, é exemplo das várias expedições à Barbaria que procuravam assegurar aos cristãos o domínio do mar. Exemplos que demonstram que a expedição portuguesa a Ceuta em 1415 não é, de modo algum, uma novidade na realidade da época (Thomaz, 1998: 45). Dos três projectos expansionistas que se desenhavam no século XV - Marrocos, Granada e Canárias - é manifestamente o primeiro que os soberanos acarinhavam: não exigia meios técnicos extraordinários, não implicava adaptação de colonos a meios muito diferentes, não levantava problemas com Castela e enquadrava-se facilmente na tradição ideológica das Cruzadas. “Estas razões permitem que se possa ao procurar o interesse nacional apresentá-lo como um serviço prestado ao bem comum da cristandade, o que permitiria aos intérpretes de tal estratégia cobrirem-se de prestígio”, principalmente de um monarca que pretendia legitimar e firmar-se, nacional e internacionalmente, como iniciador de uma nova dinastia (Thomaz, 1998: 50).

D. João I, pressionado pelos filhos e pelo vedor da fazenda, voltou os olhos para a cidade de Ceuta. Para quebrar o segredo do destino da expedição o rei não consultou as Cortes nem lhes solicitou um “pedido”, como eram costume fazer-se nestes casos. Preferiu obter as verbas necessárias ao financiamento da expedição “pelo estabelecimento temporário de monopólios régios sobre os câmbios de moedas e o comércio externo” (Thomaz, 1998: 5, 64). A primeira medida que o rei mandou fazer foi o provimento das tercenas, para saber os navios que dispunha e em que condições estavam, mandando cortar madeira para refazer algumas embarcações. Os navios

seriam fretados como se para o comércio se destinassem, “o que atrairia gente para se envolver no negócio, além de se poder contar com os do Reino” (Coelho, 2005: 173). O vedor da fazenda, João Afonso, ficou responsável pelo levantamento das rendas da cidade, Rui Pires do Alandroal, tesoureiro da moeda, pela cunhagem de moeda, com metal fruto do levantamento de todo o cobre e prata existente no Reino, e o almirante do reino, por reunir os militares: coudeis, besteiros e anadeis para a armada (Zurara, 1915: cap. XXI).

Depois da reunião do conselho em Torres Vedras, procedeu-se à organização da armada com navios nacionais e estrangeiros. D. João I mandou fretar navios na Galiza, Biscaia, Inglaterra, Alemanha, Holanda. Como capitães foram escolhidos os infantes D. Pedro e D. Henrique, tendo o primeiro ficado encarregue de reunir a gente do Centro e Sul do país e o segundo de recrutar a população do Norte. A azáfama de preparativos era grande “mas, primcipalmente era este trafego na cidade de Lixboa e do Porto, por que comuñmente nom auia hi algũu que fosse liure deste cuydado”: tanoeiros reparavam as vasilhas para vinhos, carnes e outros mantimentos; alfaiates e tosadores aparelhavam panos e faziam uniformes, cada um segundo cada senhor; carpinteiros encaixavam bombardas e trons, distribuíam artelharias, em grande número e dimensão; e cordoeiros faziam cabos, estreques em linho para os navios nacionais e estrangeiros (Zurara, 1915: cap. XXX). Em Londres foram equipados com armas vários homens e compradas 350 lanças sob autorização do rei Henrique V (MH, 1960: II, 123-124).

Preparada a armada, no dia 25 de Julho de 1415 parte de Lisboa rumo a Lagos. O comando coube ao próprio rei, D. João I, à época já com 60 anos, acompanhado pelos seus filhos: o príncipe herdeiro D. Duarte, e os infantes D. Pedro, D. Henrique e D. Afonso bem como representantes das principais casas senhoriais do país. Acompanhava o rei D. Nuno Alvares Pereira, condestável do Reino, na altura com 55 anos, grande crítico desta empresa militar. Em Lagos foi lida a Bula de Cruzada concedendo indulgência plenária a todos os que integravam a armada e, só nessa altura, é divulgado o objectivo da expedição: Ceuta.

A conquista de Ceuta, chave do estreito de Gibraltar e da expansão para a África do Norte, visava a afirmação da dinastia de Avis, consolidar a independência portuguesa no contexto peninsular e criar um espaço de valorização económica e social aos portugueses (Farinha, 1989: 101). “Foi a primeira vez que a nação, depois de cerca de três anos de preparativos em que todo o país foi chamado a colaborar, se abalanchou oficial e publicamente numa empresa além mar” (Cruz, 1999: 89).